Comitê Nacional do
Ministério Público de Combate ao
Trabalho em Condições Análogas
à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas

RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO COMITÊ

(Art. 4º da Resolução CNMP nº 197, de 26 de março de 2019)

(Composição: 2020)

PRESIDENTE
Sebastião Vieira Caixeta

VICE-PRESIDENTE
Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

CONSELHEIRA MEMBRO
Fernanda Marinela de Sousa Santos

MEMBROS
Adriana Scordamaglia Fernandes (MPF)
Alessandra Campos Morato (MPDFT)
Ana Lara Camargo De Castro (MP/MS)
Catarina von Zuben (MPT)
João Francisco Bezerra de Carvalho (MPF)
Sérgio Henrique Furtado Coelho (CNMP)
Ulisses Dias De Carvalho (MPT)

SECRETÁRIO DE ATAS
Carlos Eduardo Andrade (MPT)

1. O RELATÓRIO ANUAL

O presente Relatório atende ao disposto no art. 4º da Resolução CNMP nº 197/2019, que estabelece que os relatórios de atividades do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas deverão ser apresentados ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público anualmente.

2. O COMITÊ NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE COMBATE AO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS – CONATETRAP

2.1 Apresentação

O Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Conatetrap) foi instituído pela Resolução CNMP nº 197, de 26 de março de 2019, e tem por objetivo elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público no enfrentamento à exploração do trabalho em condição análoga à de escravo e ao tráfico de pessoas. De acordo com a norma, entre outras atribuições, compete ao comitê promover o levantamento de dados estatísticos relativos ao número, à tramitação e a outros dados relevantes sobre procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público (MP) que tratem desses temas. Ao Comitê cabe buscar o intercâmbio e a integração do Ministério Público e a articulação com órgãos do Poder Executivo, defensorias públicas e entidades da sociedade civil com atuação nas áreas de suas temáticas.

2.2 Composição

O Conatetrap é órgão colegiado composto por três Conselheiros do CNMP, sendo, no período das atividades desse relatório, os conselheiros Sebastião Caixeta (presidente), Silvio Amorim e Fernanda Marinela. Compõem ainda o Comitê, um representante da Presidência do CNMP, dois representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, dois representantes do Ministério Público Federal e dois representantes do Ministério Público do Trabalho. A designação dos membros para compor o Conatetrap pode ser encontrada na Portaria CNMP-PRESI nº 99 de 27 de junho de 2019[1].

[1] Composição atual disponível em: < https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Portarias_Presidencia_nova_versao/2019/2019.Portaria-CNMP-PRESI.991.pdf>

3. AS ATIVIDADES

3.1 Reuniões Ordinárias: O Conatetrap reuniu-se em seis oportunidades durante o ano de 2020, para debater e deliberar sobre medidas para o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público nos temas que lhe são afetos, e para atender às ações do Plano de Trabalho aprovado para 2020 na 1ª Reunião Ordinária do ano. As reuniões aconteceram nas seguintes datas: 1ª Reunião Ordinária em 27 de janeiro; 2ª Reunião Ordinária em 2 de abril; 3ª Reunião Ordinária em 2 de junho; 4ª Reunião Ordinária em 4 de agosto; 5ª Reunião Ordinária em 7 de outubro e 6ª Reunião Ordinária em 9 de dezembro. Com exceção da 1ª Reunião Ordinária, realizada na sede do CNMP, as demais aconteceram de forma virtual, com o uso da ferramenta MicroSoft Teams;

3.2 Reunião com o Sinalid. Com o fim de estabelecer cooperação e diálogo, no dia 29 de janeiro de 2020, foi realizada reunião com gestores do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público (Sinalid), para interlocução com os MPs estaduais na localização de pessoas desaparecidas, propondo a atualização do relatório sobre o diagnóstico de pessoas desaparecidas, datado de 2015, haja vista tratar-se de tema convergente com os objetivos do Conatetrap. Naquela oportunidade, foi estabelecido um ponto focal entre o Comitê Sinalid e o Conatetrap, na pessoa da Promotora de Justiça do MP do Estado do Rio de Janeiro Eliane de Lima Pereira, que desde então passou a participar das reuniões ordinárias do Conatetrap;

3.3 Participação em Evento. Participação, em 28 de janeiro de 2020, no "Encontro Nacional para erradicação do trabalho escravo: reforço de parcerias contributivas", a convite da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho (MPT), com pronunciamento do Conselheiro Presidente;

3.4 Participação em Reuniões. A convite da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) vinculada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), o Conatetrap participou de todas as reuniões daquela Comissão;

3.5 Grupo de Trabalho (GT). Instituição de GT para elaborar proposta de criação e manutenção de banco de dados com informações de empresas com condenação relacionada a trabalho em condições análogas à de escravo ou a trabalho infantil. A elaboração desse cadastro está prevista em dispositivo da Lei nº 13.999/2020, sancionada em maio de 2020. A nova previsão legal atribui caráter normativo à iniciativa administrativa anterior. Agora, com a existência da lei positiva no sistema jurídico, há reforço à vedação de financiamento público de empresas condenadas por trabalho escravo e infantil e a concretização desta lista em outros âmbitos pode ser implementada. O trabalho final foi apresentado na reunião ordinária, em 7 de outubro de 2020, com a posterior apresentação, no dia 13 de outubro de 2020, da proposta de resolução ao Plenário para criação e manutenção do banco de dados;

3.6 Tráfico de pessoas: abordagem social e legal. No dia 30 de julho de 2020, foi realizado o evento virtual "Tráfico de pessoas: abordagem social e legal", em alusão ao Dia Mundial e Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, organizado, em parceria com o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condições Análogas ao de Escravo e de Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). O evento buscou promover conscientização e sensibilização em busca da erradicação do tráfico de pessoas. Assim, o CNMP e CNJ uniram forças para registrar naquela data a necessidade de manter o trabalho convergente de combate a esse problema social presente no Brasil e em todo o mundo. Reafirmou-se o entendimento de que a implementação de uma política nacional de combate ao tráfico de pessoas deve levar em conta não só a repressão, mas também a prevenção desse crime

e o acolhimento às vítimas, além de envolver todos os órgãos do Sistema de Justiça e demais parceiros da sociedade civil, tendo como foco a informação e a sensibilização. Entre as atividades, foram apresentados os principais eixos que regem hoje o enfrentamento do tráfico de pessoas no Brasil, baseados nos princípios e diretrizes da Lei 13.344/2016, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Também foram apresentados o papel e as ações do Ministério Público do Trabalho (MPT) no enfrentamento do tráfico de pessoas. Todos os painéis estão disponíveis no canal oficial do CNMP no YouTube.

3.7 Levantamento de Indicadores. Foi encaminhado Ofício Circular aos Representantes da Administração Superior do Fórum Nacional de Gestão do MP (RAS/FNG-MP) das Unidade e Ramos do Ministério público solicitando informações sobre indicadores relativos aos temas do trabalho em condição análoga à de escravo e ao tráfico de pessoas (setembro/2020). A iniciativa buscou atender ao inciso IV do Art. 2º da Resolução Nº 197/2019, que atribui ao Comitê o levantamento de dados estatísticos, sempre que possível desagregados por gênero, idade, etnia, cor da pele, ocupação e nível cultural, relativos ao número, à tramitação e a outros dados relevantes sobre procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público e inquéritos policiais que tratem da exploração de pessoas em condições análogas à de trabalho escravo e do tráfico de pessoas;

3.8 Divulgação de Nota. O dia 23 de agosto foi eleito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como o "Dia Internacional da Lembrança do Tráfico de Escravos e sua Abolição", como forma de divulgação da luta contra o racismo, observância dos direitos humanos e da construção da paz. A data foi escolhida em referência aos levantes de negros escravizados e libertos, em busca por liberdade, em Santo Domingo (atualmente Haiti e República Dominicana). Na noite de 22 para 23 de agosto de 1791, iniciou-se revolta que levaria à abolição do tráfico transatlântico de escravos. Assim, em alusão a esta data, o Conatetrap divulgou nota[2] subscrita pelo presidente, o conselheiro Sebastião Vieira

[2] A íntegra da nota está disponível no seguinte link: https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/13406-comite-nacional-do-mp-de-combate-ao-trabalho-escravo-divulga-nota-alusiva-ao-dia-internacional-de-lembranca-do-trafico-de-escravos?highlight=WyJjb25hdGV0cmFwIl0=

Caixeta, no portal do CNMP na internet. A data é simbólica, mas tem significado muito importante como forma de trazer o tema à memória e estimular o Ministério Público, principal defensor da sociedade, a manter-se no desempenho do seu papel fundamental no propósito de erradicar qualquer tipo de escravidão;

3.9 Webinário "Vulnerabilidade e Pandemia: migrações, tráfico de pessoas e trabalho escravo". Realização de Webinário "Vulnerabilidade e Pandemia: migrações, tráfico de pessoas e trabalho escravo", no dia 29 de setembro de 2020. O evento, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), foi transmitido pela página do Facebook da OIM no Brasil e contou com três painéis, que trouxeram relatos de migrantes sobre a violação dos direitos humanos. Na ocasião, foi lançada a pesquisa "Atlas das Migrações Venezuelanas" e o resultado da pesquisa "Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil". Todos os painéis estão disponíveis no canal oficial do CNMP no YouTube.

3.10 Painel. Durante no 1º Congresso do Ministério Público, realizado nos dias 11 e 12 de novembro de 2020, o Conatetrap apresentou painel cuja pauta foi a vulnerabilidade social pós-pandemia e o papel do Ministério Público brasileiro. Para o debate, foram convidadas as procuradoras do Trabalho Tatiana Bivar, coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas do MPT, e Catarina von Zuben, especialista em Direito do Trabalho. Já na mostra de projetos, o Conatetrap foi representado pelo o Projeto "Gente não se vende: a atuação do MPT no enfrentamento do tráfico de pessoas", do Ministério Público do Trabalho (MPT), apresentado pela procuradora do trabalho Tatiana Bivar. Ressalte-se que este projeto foi classificado em 1º Lugar, na Categoria Transformação Social, do "Prêmio CNMP", Edição 2020;

3.11 Proposta Acadêmica. Após estudos e pesquisas, foi elaborada proposta de atividade acadêmica para oferta no primeiro semestre de 2021, atendendo ao Edital Acadêmico nº 0201/2020 da Coordenação de Ensino do MPDFT na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). A proposta nominada "Trágico de Pessoas: Atuação em Rede", que foi aprovada no certame, apresenta atividade de aperfeiçoamento no formato de ensino a distância, com carga horária de 10 horas-aula, e tem por objetivo expor aos membros do MPT e MPF as possibilidades e a importância da atuação em rede no combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho.

3.12 Seminário "Migração e Desenvolvimento Econômico". Em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ordem dos Advogados do Brasil Secional São Paulo (OAB SP), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), Aliança Empreendedora, Instituto C&A (Laudes Foundation), foi planejado e organizado o seminário "Migração e Desenvolvimento Econômico", que se realizaria nas instalações da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (PRT2/SP), no dia 16 de março de 2020, adiado, em virtude das medidas de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus;